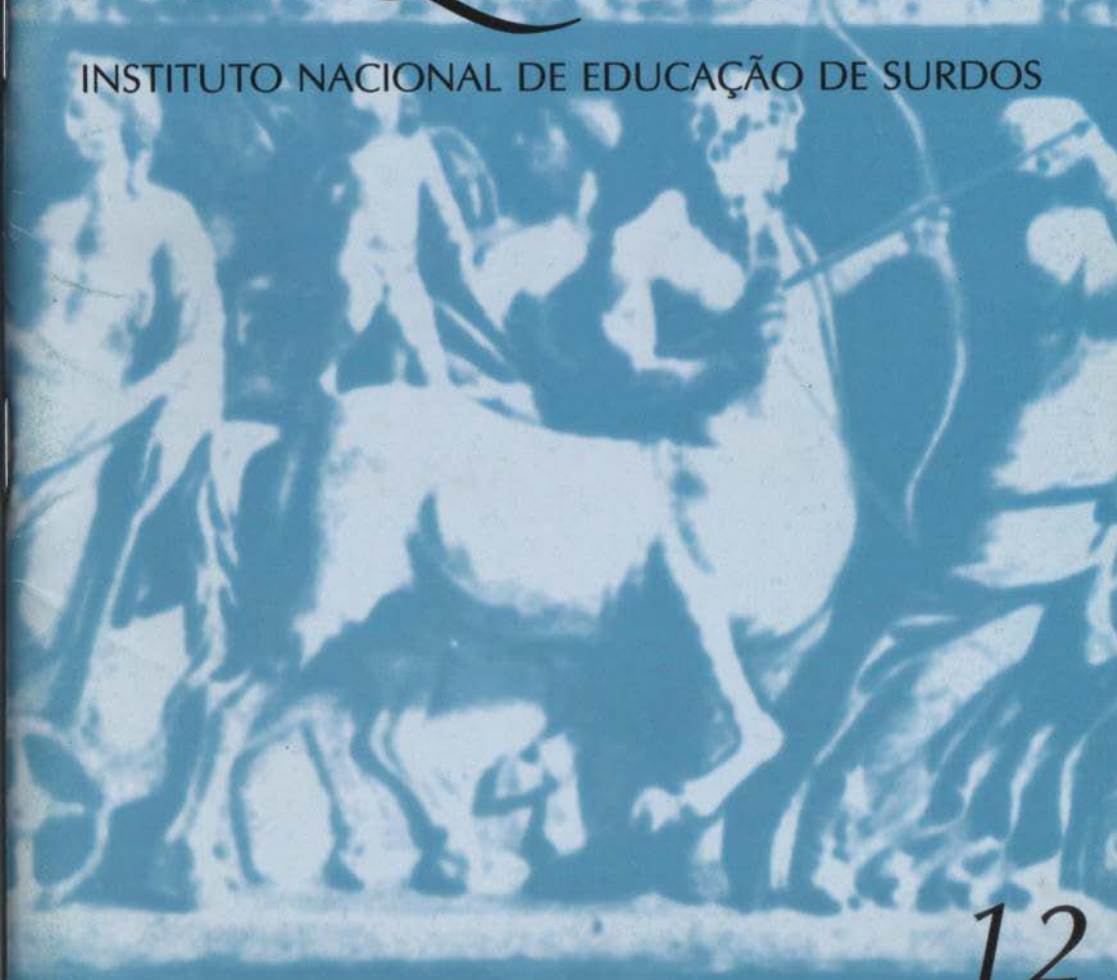


ARQUEIRO

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS





ARQUEIRO

12

Instituto Nacional de Educação de Surdos

Comissão Editorial

Rua das Laranjeiras, nº 232/3º andar
Rio de Janeiro — RJ — Brasil — CEP: 22240-001
Telefax: (0xx21) 2285-7284/2285-7546/2285-7597 ramal 111
E-mail: ddhct1@ines.org.br
diesp@ines.org.br

ARQUEIRO

ISSN 1518-2495

GOVERNO DO BRASIL
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fernando Haddad

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
Claudia Pereira Dutra

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Stny Basilio Fernandes dos Santos

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
Alexandre Guedes Pereira Xavier

DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Leila de Campos Dantas Maciel

EDIÇÃO
Instituto Nacional de Educação de Surdos — INES
Rio de Janeiro — Brasil

EDITORAÇÃO E IMPRESSÃO
Jorday Gráfica e Editora Ltda.

TIRAGEM
4.000 exemplares

COMISSÃO EDITORIAL/EXECUTIVA
Alexandre Guedes Pereira Xavier
Marcelo Machado Costa Lima
Marilda Pereira de Oliveira
Mônica Azevedo de Carvalho Campello

Arqueiro

vol.12, (jun/dez) Rio de Janeiro
INES, 2005

Semestral

ISSN 1518-2495

1 – Arqueiro – Instituto Nacional de Educação de Surdos

Índice

Editorial	5
Ações de Capacitação de Professores: uma Nova Realidade na Educação de Surdos	7
Heloisa Moreira Lima Salles Rosana Cipriano Jacinto da Silva	
A Responsabilidade Social das Empresas na Inclusão Social do Surdo: a Parceria com o NIRH	11
Oleana Rodrigues Maciel de Andrade Célia Cristina Lobato Lúcia Helena Bagagi Manduca Maria Inês Gandara Graciano Maria José Monteiro Benjamin Buffa	
Linguagem do Silêncio: Psicanálise e Surdez	17
Paulo César da Silva Gonçalves	
Ensino Profissionalizante: Artesanato – Um Bom Caminho, com Muitas Possibilidades de Opção	23
Maria Inês Real Santos Astolpho	
Sem Perder a Poesia	27
Lucilena Ferreira	
Entrevista	31
Equipe de Matemática do INES	
Aconteceu	35
Inauguração do Curso Normal Superior do INES	

Editorial

Tornar-se Sujeito: “sujeito a” ou “sujeito de”? Etimologicamente, o primeiro uso moderno da palavra sujeito aparece no Francês antigo, em 1315, com o sentido de “pessoa sob o controle ou domínio de alguém”. A palavra vem do Latim: *sub* “abaixo” + *jacere* “lançar” — literalmente, “lançado abaixo”. Sujeitar significa “tornar sujeito pelo uso da força; tornar submisso e dependente”. Posteriormente, apareceriam outros usos — nos sentidos, por exemplo, de “pessoa sobre a qual se age”, e, no campo da Lógica, de “fundamento de uma proposição”. (HARPER, Etymology Dictionary, 2001) O uso no campo da Gramática data do século XVII.

Historicamente, somos formados para *nos sujeitarmos a* uma vida sem Poesia, que nos aliena a todos, ao nos converter em mercadorias lançadas ao mercado capitalista; que condena tantos à mera subsistência; que nos impõe a violência, as agressões ao meio-ambiente, a discriminação, a indiferença. Mas a falta de poesia é, também, o esquecimento do sentido original da Política, como o campo da discussão livre do nosso destino comum na diversidade; daquilo que podemos fazer para tornar mais feliz a vida de cada um e cada uma; do sentido da vida em comunidade.

Este número de Arqueiro traz contribuições de diversos campos à reflexão.

Vamos conhecer um pouco mais, por exemplo, acerca das questões relativas à surdez nos campos da Psicologia e da Psicanálise, destacando-se as diferenças entre esses domínios do saber e as diferentes relações de cada um deles com a identidade / alteridade na constituição do sujeito surdo.

Descobriremos que as ações de um programa de apoio à educação de surdos nos convidam a refletir acerca da condição multicultural dos surdos como base para se postular uma educação bilíngüe, tanto na proposta de escolas inclusivas quanto na de escolas para surdos.

Veremos que, com poucos recursos, muita criatividade e, principalmente, trabalhando as relações do Fazer com a pessoa (corpo, afeto, auto-estima); com o meio-ambiente (preservação, reciclagem)

e com o meio social (acesso à cultura e à produção de bens culturais), é possível desenvolver habilidades de pessoas surdas na perspectiva de potencializar sua realização.

Tomaremos conhecimento de uma prática interinstitucional de inserção de pessoas surdas no trabalho — pessoas que buscam afirmar-se como *sujeitos de direito* à educação e ao trabalho, e não como *objetos de* práticas caritativas.

Saberemos um pouco sobre o advento do ensino superior bilíngüe no INES, uma conquista dos surdos compartilhada com os ouvintes, numa perspectiva multicultural.

E refletiremos sobre as possibilidades de se criar uma escola que proporcione à criança a vivência poética do conhecimento. Poética e Política, podemos dizer — em que se desinventam disciplinas, desaprendem regras, abrem fendas nas práticas petrificadas, problematizam certezas.

Quem sabe um caminho para que os seres humanos *sujeitados* de Hoje ergam-se do chão onde foram lançados, e, “em palavras, sinais e ações compartilhadas”, tornem-se *Sujeitos* — autores do Amanhã.

Alexandre Guedes Pereira Xavier

Ações de Capacitação de Professores: uma Nova Realidade na Educação de Surdos

*Rosana Cipriano Jacinto da Silva (APADA/DF)**
*Heloisa Moreira Lima Salles (UnB)***

Introdução

O desenvolvimento acadêmico da pessoa surda tem sido objeto de grande preocupação de educadores e gestores educacionais brasileiros. Determinações constitucionais prevêm organização especial de currículos, desenvolvimento de métodos, técnicas e recursos educativos específicos, terminalidade especial, além de professores especializados e capacitados. Em particular, trata-se de promover a adequação das ações educacionais à realidade lingüística dessas pessoas, que têm (ou deveriam ter) a língua de sinais como primeira língua, o que implica a necessidade de uma educação bilíngüe, seja em escolas inclusivas, seja em escolas para surdos, com aulas ministradas em LIBRAS (a Língua Brasileira de Sinais). O desenvolvimento de tais ações recebe respaldo institucional adicional, entre outras, da Lei nº 10.436, de 24/04/2002, que reconhece a LIBRAS como um sistema lingüístico de natureza viso-motora, com estrutura gramatical própria, como meio legal de transmissão de idéias e fatos das comunidades de pessoas surdas do Brasil.

A capacitação do educador envolvido na educação formal do surdo é crucial para o sucesso das ações pedagógicas, o que torna imprescindível a articulação entre o reconhecimento da LIBRAS como língua materna, a interação com o intérprete de LIBRAS/Português e o entendimento de que o Português é segunda língua para o surdo (cf. QUADROS, 1997; SALLES *et al.*, 2002)). A Universidade de Brasília e a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do Distrito

* *Especialista lato sensu em Língua Portuguesa. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.*

** *Doutora em Lingüística. Professora da Universidade de Brasília. Professora da APADA/DF. Material recebido em setembro de 2005 e selecionado em setembro de 2005.*

Federal (APADA), com o apoio da Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com o respaldo local das secretarias estaduais de educação e com recursos do FNDE, vêm desenvolvendo ações de capacitação de docentes em diversos estados brasileiros (cf. <http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php>). Trata-se de atividade vinculada ao Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos e ao Programa “Interiorizando Libras”, promovidos pela SEESP/MEC. O objetivo é cooperar com os estados e municípios na formação continuada de professores que atuam na educação de surdos.

Formação continuada: ações realizadas

A capacitação compreende os cursos de extensão universitária na área de Português, como segunda língua, e de interpretação LIBRAS/Português, a saber:¹

- Lingüística e Ensino de Língua Portuguesa para Surdos
- Interpretação Língua de Sinais — Português
- LIBRAS no Contexto Social

Ministrados por professoras lingüistas da Universidade de Brasília, por professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal e da Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco e por professores surdos da APADA, os cursos têm carga horária de 80 horas. A atividade é desenvolvida com o apoio de material instrucional editado pelo MEC e entregue, individualmente, a cada professor cursista. Os materiais instrucionais (livros) utilizados são os seguintes:

- **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica.** (Heloisa M. Moreira Lima Salles; Enilde Faulstich, Orlene de Sabóia Carvalho e Ana Adelina Lopo Ramos).

¹ A partir de 2005, o curso de LIBRAS passa a ser ministrado sob a coordenação da Profa. Tanya Felipe, com o apoio da FENEIS — Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos.

- **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** (Ronice Müller de Quadros).
- **LIBRAS em Contexto.** (Tanya Felipe; Myrna Salerno).

O projeto iniciou-se em 2003 e estendeu sua atuação ao ano de 2004, estando previstas capacitações em 2005 e em 2006. Até meados de 2005, os dados relativos à capacitação são os seguintes:

2003

ESTADOS: Pará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Distrito Federal

2004

ESTADOS: Pernambuco, Santa Catarina, Ceará, Bahia

2005

ESTADOS: Maranhão, Rondônia, Amazonas

TOTAL DE PROFESSORES CAPACITADOS: 1.260

TOTAL DE ALUNOS BENEFICIADOS: 12.600 (aproximadamente)

Considerações finais

A condição multicultural dos surdos constitui interesse para diferentes áreas de conhecimento, que devem ser articuladas em uma perspectiva interdisciplinar na formulação de propostas voltadas para o desenvolvimento acadêmico dessas pessoas. Entende-se que a LIBRAS e a Língua Portuguesa constituem condição essencial para o acesso ao conhecimento, cabendo, portanto, garantir a educação bilíngüe, por meio de políticas públicas específicas e de práticas pedagógicas adequadas. As ações de capacitação descritas no presente artigo vêm ressaltar a importância da ação articulada do poder público, por intermédio da Universidade de Brasília, instituição federal de educação superior, do Ministério da Educação e das Secretarias de Estado de Educação do Distrito Federal e de Pernambuco, e da sociedade civil organizada, por intermédio da Associação

de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos do Distrito Federal. Esse trabalho não seria, porém, possível sem a participação ativa dos professores que se apresentam para as capacitações, em muitos casos deslocando-se de suas cidades no interior do estado para a capital, onde, por duas semanas, são realizados os cursos, e sem o engajamento dos educandos surdos na luta incansável pela afirmação de seus direitos lingüísticos e de cidadania.

Referências Bibliográficas

- SALLES, H. *et al.* **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica** — v. 1 e 2. Brasília: MEC / Secretaria de Educação Especial - SEESP, 2002.
- QUADROS, R. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1997.
<http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php>

A Responsabilidade Social das Empresas na Inclusão Social do Surdo: a Parceria com o NIRH

Oleana Rodrigues Maciel de Andrade¹

Célia Cristina Lobato²

Lúcia Helena Bagagi Manduca³

Maria Inês Gandara Graciano⁴

Maria José Monteiro Benjamin Buffa⁵

Introdução

O Núcleo Integrado de Reabilitação e Habilitação (NIRH) é um dos serviços do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo (HRAC-USP), apoiado técnica, financeira e socialmente pela Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Craniofaciais (FUNCRAF). Foi criado em 1991, com a finalidade de atender às necessidades em relação à educação e capacitação profissional de adolescentes e adultos matriculados no respectivo Hospital, que residem na cidade de Bauru e adjacências. Atualmente, sua demanda caracteriza-se por surdos, na sua maioria na faixa etária de 7 a 30 anos, e o objetivo é favorecer a inclusão social desses pacientes.

O NIRH possui uma estrutura articulada com o processo de habilitação para comunicação, enfatizando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), estruturação do pensamento e de linguagem, domínio da Língua Portuguesa escrita e a Educação Profissional, preparando os

¹ *Psicóloga do NIRH com Especialização em Psicopedagogia pela Universidade do Sagrado Coração - Bauru / SP.*

² *Assistente Social do NIRH com Especialização em Serviço Social na área da Saúde pelo Hospital de Reabilitação de Anomalias Crâniofaciais da Universidade de São Paulo (HRAC-USP) - Bauru / SP.*

³ *Assistente Social do NIRH com Especialização em Serviço Social na área da Saúde pelo HRAC-USP - Bauru / SP.*

⁴ *Assistente Social; Diretora Técnica do Serviço Social do HRAC-USP - Bauru / SP — Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) - São Paulo / SP.*

⁵ *Pedagoga; Diretora Técnica do Serviço de Educação e Recreação do HRAC-USP; Coordenadora do Centro Educacional do Deficiente Auditivo-HRAC-USP e Coordenadora do Núcleo Integrado de Reabilitação e Habilitação-HRAC-USP - Bauru / SP; Mestre e doutoranda em Distúrbios da Comunicação Humana pelo HRAC-USP — Bauru / SP.*

surdos para o ingresso no mercado de trabalho. Para tanto, mantém parcerias com empresas e recursos sócio-institucionais.

Dentro do Programa de Educação Profissional do NIRH, adolescentes acima de 16 anos participam de atividades em grupos nos quais são trabalhados aspectos de autoconhecimento, informações sobre o mundo do trabalho e escolha profissional.

Ao término dessas atividades, realiza-se treinamento em empresas, que passam a ser parceiras do NIRH, por meio de convênio com a FUNCRAF. São oferecidas vagas para que os pacientes realizem treinamento. As empresas comprometem-se a ensinar-lhes uma função, não havendo para elas qualquer ônus, uma vez que a FUNCRAF garante os benefícios aos treinandos, tais como ajuda de custo mensal, vale-transporte e vale-alimentação.

O treinamento ocorre por um período máximo de 6 meses (BRASIL, 1999), com o acompanhamento das áreas de serviço social e psicologia, que intervêm e assessoram a empresa, facilitando assim a inserção do paciente. Ao término, caso apresente interesse e possibilidade, a empresa o efetiva.

O Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (BRASIL, 2000), determina a admissão, no quadro de funcionários das empresas, de pessoas com deficiência; o número de vagas varia de acordo com a quantidade de empregados mantidos pela empresa, oscilando de 2% a 5%.

Observa-se, em nosso cotidiano, que várias das empresas que concordam em realizar parceria com o NIRH muitas vezes acabam realizando uma contratação direta, sem a realização do treinamento. Acredita-se que isso ocorra não só porque as empresas procuram cumprir a determinação legal, mas também porque desejam dar oportunidade aos deficientes, disponibilizando novas vagas. Outro fato interessante observado é que algumas micro ou pequenas empresas, mesmo não tendo que cumprir a obrigatoriedade de inserir pessoas com deficiência, ainda assim realizam a parceria com o NIRH.

Dessa forma, é possível pressupor que as empresas parecem estar se conscientizando de sua responsabilidade social em relação aos problemas que atingem a sociedade como um todo, indo além de sua função econômica, na busca da qualidade de vida da sociedade, especificamente das pessoas com deficiência.

Grajew (2001, p. 11) define responsabilidade social “como um conjunto de valores e princípios que balizam as ações da empresa em relação a todas as comunidades com as quais a empresa tem alguma relação e alguma responsabilidade”.

Com base nesses fundamentos, realizou-se uma pesquisa com o objetivo de analisar se as empresas parceiras do NIRH possuem responsabilidade social, ou se realizam apenas uma ação social desvinculada de qualquer compromisso social. Procurou-se também avaliar a contribuição do Programa para a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Os objetivos específicos resumem-se em: caracterizar e analisar a concepção das empresas sobre responsabilidade social; identificar os motivos que levam uma empresa a admitir deficientes do Programa NIRH no seu quadro de funcionários; verificar a contribuição do Programa para a inserção do deficiente no mercado de trabalho; avaliar a satisfação da empresa com o Programa de Educação Profissional do NIRH e avaliar a influência da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência em assegurar o acesso ao trabalho.

A questão da responsabilidade social das empresas no contexto da política nacional para a pessoa com deficiência

De acordo com Arruda (2001), hoje, a responsabilidade social pode ser encontrada sob várias terminologias, tais como: balanço social, cidadania empresarial, trabalho voluntário, ONGs, terceiro setor, etc.

A responsabilidade social é uma idéia que possui dimensões tanto éticas quanto práticas, e é, também, uma questão de competitividade.

Em uma economia global, as empresas estão conscientes de que contradições em suas práticas operacionais em um país podem expor seus mercados em outros.

Há uma crescente pressão sobre as empresas para que reconheçam suas responsabilidades sociais.

Sina e Souza (1999, p. 125) assinalam que, “dada a situação de dificuldade de toda ordem do país, a sociedade começa a buscar novos valores e novos caminhos. Certamente o voluntariado, a captação de recursos junto aos financiadores em potencial, a ação social das empresas e a ética nos negócios estão entre esses novos valores e caminhos”.

Para Vieira, a responsabilidade social deve ter como objetivo principal a diminuição da pobreza e das injustiças sociais por meio da construção de uma cidadania empresarial. E, visando a uma justiça

social, há de se pensar no direito de igualdade e oportunidades para todos, principalmente no que tange às minorias, dentre estes os deficientes, no acesso à educação, transporte, trabalho, etc.

Apesar de existirem leis, as pessoas deficientes continuam a enfrentar a discriminação na contratação e na promoção, o que leva a uma alta taxa de desemprego e subemprego entre os deficientes.

O Decreto 3.298/99, que regulamenta a Lei 7.853/89 sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 2000), estabelece, em suas diretrizes, que sejam criados mecanismos que favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência, e que esta seja incluída, respeitando-se suas peculiaridades, em todas as ações governamentais relacionadas à saúde, ao trabalho, à habitação e a outros aspectos.

Garante, ainda, o direito à habilitação e reabilitação profissional para a pessoa portadora de deficiência capacitar-se a obter trabalho, conservá-lo e progredir profissionalmente.

A partir do momento em que as empresas assumem suas responsabilidades sociais, elas passam a influenciar a sociedade com sua conduta ética e atuam como agentes transformadores da realidade, contribuindo para que, no futuro, exista uma sociedade para todos, não havendo a necessidade da existência de legislação para garantir os direitos de participação das minorias.

Metodologia

A presente pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva, quanti-qualitativa, de método dialético.

O universo foi constituído por 13 empresas conveniadas com o NIRH no ano de 2001.

A amostra foi não-probabilística intencional, representada inicialmente por sete (7) empresas, que efetivaram em seu quadro de funcionários pacientes do Programa, sendo que cinco (5) dessas empresas participaram da realização desta pesquisa.

Para a coleta de dados, aplicou-se entrevista semi-estruturada.

Resultados

Os resultados apresentados referem-se a empresas privadas (100%), de porte pequeno (20%), médio (40%) e grande (40%), nos setores de indústria (60%), comércio (20%) e prestação de serviços (20%).

Verificou-se, quanto às concepções acerca da responsabilidade social, uma maior concentração de respostas nas categorias “bem-estar social do trabalhador e da comunidade” (60%) e “investimento na qualidade de vida e meio ambiente” (40%), dentre outros, sendo o foco das ações voltado para funcionários, clientes e fornecedores, comunidade e meio ambiente.

Com relação às pessoas com surdez efetivadas nas empresas, 54% foram inseridas através do NIRH, sendo que o treinamento propiciado por meio da parceria com o Programa oportunizou o contato com o surdo e, conseqüentemente, o conhecimento das possibilidades e potencialidades desses indivíduos.

Verificou-se que os principais motivos que levaram as empresas a inserir surdos do NIRH no quadro de funcionários foram: consciência social e potencialidade do deficiente (80%) e determinação legal, conhecimento e confiança no trabalho deste Núcleo (60%), que é responsável pela educação e formação profissional para o encaminhamento ao mercado de trabalho.

Constatou-se, ainda, que as empresas vêm cumprindo a reserva de percentual de vagas para pessoas com deficiência, conforme o Artigo 35 do Decreto 3.298/99; porém, não estão efetivando deficientes somente em razão da legislação, mas porque estão conhecendo e aprovando a atuação eficiente destes.

Verificou-se que 100% das empresas pesquisadas visualizaram como positiva a contribuição do Programa desenvolvido pelo NIRH para a inserção do surdo, apresentando a justificativa de que o acompanhamento e a intervenção dos profissionais (60%), são fatores que contribuem para o ingresso e permanência da pessoa com surdez no mercado de trabalho.

Constatou-se que as empresas pesquisadas, na sua totalidade, estão satisfeitas com o Programa de Educação Profissional desenvolvido pelo NIRH, classificando-o como ótimo. Essa satisfação está relacionada com o comprometimento por parte dos profissionais (50%) pela possibilidade da pessoa surda ser inserida e, posteriormente, acompanhada no desenvolvimento de suas funções (50%).

Conclusão

As empresas demonstraram possuir responsabilidade social, mediante compromisso ético, oferecendo oportunidades por acreditarem no potencial das pessoas com deficiências. Constatou-se, ainda, que a parceria com o NIRH é um facilitador desse processo.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, M. C .C.; FASTI, R. **Ética e responsabilidade nas empresas**. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Portaria 772 MTE de 26 de agosto de 1999, disciplina a contratação de portadores de deficiência, sem que fique caracterizado o vínculo empregatício. **Rev. LTR**, São Paulo, v. 63, n. 9, p. 1129, ago. 1999.
- BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências, 3 jan. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/D3298.htm Acesso em: 15 mar. 2000.
- GRAJEW, O. Negócios que não estão à parte. **Rev. Agitação**, São Paulo, n.40, p.10-13, jul./ago. 2001.
- SINA, A.; SOUZA, P.S.B. de. **Marketing social**: uma oportunidade para atuar e contribuir socialmente no terceiro setor. São Paulo: Crescente Editorial, 1999.
- VIEIRA, W. de S. **Balanco social**: uma resposta válida de participação comprometida com a sociedade de pertencimento. Disponível em: <http://www.cra-rj.org.br/bcases/art01/html>. Acesso em: 08 out. 2001.

Linguagem do Silêncio: Psicanálise e Surdez

*Paulo César da Silva Gonçalves**

Introdução

Desde os primórdios da humanidade, a surdez tem sido objeto de polêmica, e, até hoje, constitui desafio para educadores, terapeutas, lingüistas e profissionais da área médica.

A história humana revela conflitos no processo de compreensão do fenômeno da surdez, considerada ora como maldição, loucura, aberração, ou como patologia congênita ou adquirida.

Mas percebe-se claramente uma luta de poder entre ideologias políticas, sociais, culturais e educacionais, pela negação ou aceitação da cidadania da pessoa surda.

Como toda minoria, a comunidade surda ainda terá que lutar por muito tempo até conquistar o direito de exercer com plenitude sua cidadania e a liberdade de decidir e conviver socialmente. Mas é inegável que, nos últimos anos, houve um avanço nessas conquistas.

Contudo, o surdo ainda carece de uma compreensão mais clara de suas angústias, expectativas e demandas individuais e sociais. É nesse sentido que temos buscado caminhos além da sua educação e integração no mercado de trabalho, que contemplem não somente metas assistenciais, mas que visem, sobretudo, ao crescimento e à auto-realização, em suas dimensões moral, intelectual e espiritual.

Diante de desafio tão intrigante, entendemos que o atendimento psicológico à pessoa surda, praticamente inexistente no Brasil, pode constituir trilha possível para adentrarmos essa linguagem do silêncio, aprendendo a ouvir com os olhos, e perceber, na magia dos gestos e movimentos, as imagens da alma e do inconsciente.

**Psicólogo da APADA, Brasília, DF.*

Material recebido em setembro de 2005 e selecionado em outubro de 2005.

Psicologia da surdez?

Nos últimos anos, já é possível falar em “psicologia da surdez”, considerando que o surdo possui uma língua natural, a Libras, de natureza gestual-espacial, com todas as características da língua falada. A pergunta que se impõe então é: **A mente (psiquismo) do surdo é diferente da do ouvinte?**

Minha experiência como psicoterapeuta voluntário da Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos do DF — APADA-DF, nesses últimos quatro anos, tem me levado a reflexões que apontam não para uma **diferença qualitativa ou estrutural**, mas para **ruídos**, que obstruem o fluxo da comunicação.

Como ponto de partida para nosso trabalho, pressupomos que a surdez representa apenas um déficit na comunicação, perfeitamente superável, e não uma patologia a ser “curada”. A pessoa surda, com exceção dos casos em que há seqüelas psiconeurológicas, decorrentes de traumas físicos ou doenças sistêmicas, é capaz de ter um desenvolvimento cognitivo compatível, e de aprender habilidades como qualquer ouvinte. O acompanhamento fonoaudiológico, concomitante com o atendimento psicológico, é, no meu entendimento, fundamental para o desenvolvimento e educação do surdo.

O grande obstáculo ainda parece ser a falta de informação sobre a surdez, além dos preconceitos e da discriminação imposta pela grande maioria da sociedade ouvinte. A própria família do surdo, muitas vezes, ainda o rejeita, e sente o constrangimento de ter no grupo familiar o “estigma” de uma grande tragédia.

Técnicas e procedimentos terapêuticos

Na entrevista inicial, com a presença de um dos pais (geralmente a mãe) ou responsável, é feita a anamnese, histórico de vida e da surdez.

O atendimento é realizado em sessões semanais, com duração de 50 minutos.

A abordagem clínica é sugerida caso a caso. No entanto, alguns procedimentos têm-se revelado eficazes no estabelecimento de um vínculo terapêutico, tais como:

1. **Grafismo.**
2. **Mágicas e brincadeiras.**
3. **Acesso ao computador.** (*softers* especiais, que permitem diversão e, ao mesmo tempo, observação de padrões comportamentais, coordenação motora, níveis de frustração / agressividade, desenvolvimento cognitivo e outras habilidades / aptidões).
4. **Escuta.** O surdo é “tagarela”, gosta de desabafar, repetindo no início as mesmas histórias, reclamando da falta de comunicação com os ouvintes. A intervenção do terapeuta ocorre no estágio de “fadiga” do discurso, quando ele se torna receptivo.
5. **Informação pedagógica.** Sempre que possível, oferecer novos conceitos e informações práticas, para o autoconhecimento e compreensão do mundo, com vistas à melhor comunicação e interpretação dos conteúdos trazidos durante a terapia.

Conclusões e resultados da experiência terapêutica

- A convivência com os surdos, tanto nas relações terapeuta-paciente quanto no intercâmbio social, tem demonstrado que o psiquismo do surdo não difere, em sua natureza, do da pessoa ouvinte.
- Enquanto os ouvintes adotam uma **Ética Moral**, baseada em valores e crenças culturais, e em critérios maniqueístas, o surdo vivencia o que alguns psicólogos chamam de **Ética da Vida**. Para o surdo, o que valida a ação é se ela atende ou não aos objetivos e necessidades básicas da vida (sobrevivência, prazer, saciação).

Surdocegueira

A surdocegueira (surdez associada à cegueira) inclui-se, de modo geral, na categoria de deficiências múltiplas, pois quase sempre vem acompanhada de outras patologias.

As limitações impostas por essa deficiência provocam grande sofrimento psicológico, resultando em isolamento social e relacional

e, se não tratada adequadamente, pode levar à total incapacitação do indivíduo.

Até pouco tempo considerada como inacessível a qualquer abordagem psicoterapêutica, a surdocegueira é atualmente objeto de atendimento, em caráter experimental, na APADA-DF.

Hellen Keller é um exemplo de que nada é impossível quando existem a ajuda profissional adequada e a determinação e vontade pessoal de superar os obstáculos. Surdocega desde os dezoito meses de idade, ela aprendeu a falar e ler Inglês e outras línguas estrangeiras, concluiu curso superior e se tornou professora, escritora e conferencista internacional. Escreveu, com clareza e precisão, o livro “História de minha vida”, verdadeiro monumento à força de vontade e superação.

Psicanálise e surdez

Escuta psicanalítica em Libras

A psicanalista Maria Cristina Petrucci Solé faz uma reflexão sobre a psicanálise em língua de sinais, e indaga sobre “como a psicanálise poderia atuar em uma língua que se utiliza da imagem, daquilo que nos é dado ver?”, e ainda sobre “o que escuta um analista quando seu analisante ‘fala’ em língua de sinais?”.

Segundo ela, na escuta psicanalítica, a língua de sinais é uma segunda língua para o analista, da mesma forma que o Português é uma segunda língua para o surdo. No decorrer da análise, ocorre sobreposição das duas línguas, produzindo atos falhos, esquecimentos, ora numa língua, ora noutra. Embora isso não constitua impedimento para o trabalho psicanalítico, o analista deve estar atento para a escuta dessa outra língua que se imiscui no discurso, pois nela sempre está uma manifestação do inconsciente.

Psicanálise e identidade do surdo

A psicanalista e socióloga Leny Magalhães Mrech, da Universidade de São Paulo, investigou, a partir da teoria lacaniana, os principais impasses no processo de constituição da criança surda, o que chamou de “um olhar psicanalítico a respeito da identidade do surdo”, observando os seguintes passos:

- diferenças entre as abordagens da Psicologia e da Psicanálise;
- influência dos conceitos de desenvolvimento e estrutura na compreensão do processo de constituição da criança surda;
- construção do conceito de identidade do surdo à luz do processo de constituição do sujeito, em contraposição ao mero produto de processos estabelecidos pelas teorias de desenvolvimento.

Enquanto a Psicologia busca explicações teóricas sustentadas por validação científica, visando estabelecer regras gerais de comportamento, a Psicanálise lida com o processo de **alteridade**, no sentido de que o sujeito se constitui a partir das relações com o **Outro**.

Referências Bibliográficas

- BRITO, L. F. Estrutura lingüística da Libras. In: **Introdução à Língua Brasileira de Sinais**. Brasília: APADA/DF, 2002.
- IACERDA, B. F. L.; GÓES, M. C. R. (Org.). **Surdez - processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.
- MRECH, L. M. **Um olhar psicanalítico a respeito da questão da identidade do surdo**. Conferência-proferida no V Seminário Nacional do INES. Rio de Janeiro: INES, 2001.
- SACKS, O. **Vendo vozes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, R. C. J. **Educação dos surdos: aspectos históricos e institucionais**. Brasília: UnB, 2001.
- SOLÉ, M. C. P. **A clínica psicanalítica em Língua de Sinais: algumas reflexões de uma analista ouvinte sobre esta prática**. 2005. Disponível em: [www.truenet.com.br/html/psicanálise e surdez.htm](http://www.truenet.com.br/html/psicanálise_e_surdez.htm)

Ensino Profissionalizante: Artesanato - um Bom Caminho, com Muitas Possibilidades de Opção

*Maria Inês Real Santos Astolpbo**

No decorrer do ano de 2002, iniciamos o Projeto de Artesanato na Oficina Profissionalizante da Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional — DIEPRO, do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

No projeto, foi estabelecida uma linha de ação que visava à profissionalização de alunos surdos, mediante a sua participação em curso para a confecção de trabalhos manuais. Eram objetivos primordiais do curso :

- Despertar a criatividade do aluno, orientando-o quanto ao aproveitamento de qualquer tipo de material, de fácil captação;
- Sensibilizar, conscientizar e educar o aluno, no campo da preservação e da economia ambiental;
- Desenvolver, no aluno, a consciência profissional para o aprendizado manual, como meio de subsistência, pelo baixo custo do investimento.

O curso foi divulgado por toda a Instituição e, logo após o seu início, preparamos a fase de captação dos mais diversos materiais, como: latinhas, vidros com tampas plásticas, caixas de diferentes tamanhos e formas, retalhos de tecidos, rendas, lãs, miçangas, madeiras, papéis de presente, isopor, jornais, revistas, sementes etc.

Profª Maria Inês Real Santos Astolpbo — graduada em História. Pós-graduada em Educação Inclusiva pela Universidade Cândido Mendes.

A receptividade foi tanta que, desde então, passamos a trabalhar com duas turmas, com alunos acima de 10 anos de idade, em turnos distintos, ou seja, uma turma pela manhã e outra na parte da tarde.

Em respeito às determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, foi estabelecida, para a matrícula, a idade mínima de 14 anos. Atualmente, a faixa etária dos alunos varia entre 14 e 47 anos. Participam do curso alunos, ex-alunos e membros da comunidade surda. A escolaridade é livre, ou seja, temos alunos analfabetos e outros que cursam o quarto período da Faculdade de Direito. O mais importante é que todos aprendem, a seu modo e tempo, e é importante destacar a presença daqueles que, além da surdez, possuem outros comprometimentos, como visão subnormal, paralisia cerebral e afasia.

O curso é gratuito, o aluno não arca com qualquer despesa, quer no ato da matrícula, quer durante o aprendizado. No entanto, deverá dar cumprimento às normas administrativas internas — uma rotina que servirá para sua futura vida profissional, devendo ser observadas as seguintes normas:

- justificar o seu não-comparecimento;
- evitar atrasos (três atrasos correspondem a uma falta; com três faltas, o aluno é desligado do curso);
- usar o crachá e não circular pela instituição desnecessariamente;
- tratar seus professores e colegas com educação e respeito;
- mesmo sendo maior de idade, o aluno deverá apresentar um documento que comprove a ciência de sua família, no caso de possível participação em visitas extraclasses a museus, exposições, centros culturais e outros;
- ter responsabilidade quanto ao uso e conservação do material da sala de aula.

A qualquer momento o aluno poderá se afastar do curso, para realizar treinamento, estágio ou oferta de emprego e, ao término de uma dessas atividades, retornar às aulas.

Durante as aulas, os alunos, além de aprenderem diversas técnicas de artesanato, preparam as peças com atenção ao bom acabamento das mesmas e à combinação das cores que irão utilizar. A professora

orienta e dirige as atividades, em grupo ou individualmente, buscando sempre oferecer um ambiente agradável, descontraído, sem, no entanto, dispensar a devida atenção e concentração na execução da tarefa. Assim, os alunos trocam experiências e idéias durante as atividades, interagindo entre si e gerando uma relação de companheirismo grupal. Ressalte-se que não há a mínima pretensão de se fazer terapia ocupacional. No entanto, as atividades propostas e o meio ambiente agradável favorecem uma significativa melhoria na auto-estima desses alunos. Seu crescimento pessoal, a responsabilidade proposta, a confiança que passam a adquirir em si mesmos, a interação entre si são manifestados durante o aprendizado do recorte, da colagem, da pintura, da modelagem com argila e biscuit, do acabamento em verniz, do trabalho com retalhos de papelão, tecido e outros elementos.

Uma vez por mês é feita uma atividade extraclasse, quando os alunos têm a oportunidade de conhecer exposições e fazer visitas culturais, tais como: Casa do Artesão, Centro Cultural Banco do Brasil, Recicloteca, Pavilhão das Artes, Fábrica de Flores Floresdama, Centro Profissionalizante da Prefeitura do Rio de Janeiro, Paço Imperial, Ateliê Arranjos Brasil, entre outros.

A atividade mais apreciada pelos alunos é a pintura em retalhos de madeira e em vasos de argila e plástico. Um outro trabalho que traz bom retorno é a massa de biscuit e a argila, que são ótimas para se trabalhar com aqueles que precisam extravasar as energias contidas. As atividades propostas são executadas visando à confecção de peças utilitárias e decorativas para o lar.

Ao final do curso, os alunos recebem o Certificado de Conclusão e uma pasta contendo todas as aulas de artesanato, moldes, receitas, listas de endereços para a aquisição do material, bem como uma tabela básica para efetuar o cálculo do gasto em cada peça, servindo para o seu arquivo pessoal, caso queira, oportunamente, confeccionar peças para comercializar.

A oficina fica aberta para exposição, durante os dias úteis, das 8 às 17 horas, tendo recebido a visita de centenas de pessoas, do público interno ao externo, profissionais, estudantes secundaristas, universitários, familiares, visitantes estrangeiros (do Canadá, Portugal, Itália, Inglaterra, Argentina) e autoridades.

Nossos trabalhos foram registrados pela TVE, TV Futura, TV Estácio, TV Senai, Editora Escala, e participamos de exposição no Projac / Rede Globo, na Representação do MEC / RJ, em Igrejas, Prefeituras Municipais e outros.

O mais importante e gratificante deste trabalho é observar o retorno que se tem, sob a forma de desenvolvimento de habilidades específicas, a descoberta de talentos e a participação desse alunado na vida socioeducacional, quando recebe, ainda jovem, a base fundamental para alicerçar o investimento em seu próprio futuro, incentivando-o a acreditar em si mesmo.

Desta forma, para concluir, cabe inserir, neste texto, o ditado de origem árabe, que deverá ser instrumento de profunda reflexão para os nossos leitores:

“Grandes realizações são possíveis, quando se dá importância aos pequenos começos”.

Sem Perder a Poesia

Lucelena Ferreira*

Raiar uma escola que acolha o ser poético em sua totalidade. Para tanto, latejo alguns atalhos.

Já o poeta Drummond denunciava:

A escola enche o menino de matemática, de geografia, de linguagem, sem, via de regra, fazê-lo através da poesia da matemática, da geografia, da linguagem. A escola não repara em seu ser poético, não o atende em sua capacidade de viver poeticamente o conhecimento e o mundo. (1974)

Drummond acusa a escola de atrofiar a sensibilidade poética, natural do ser humano, associada ao lúdico, à intuição, à criatividade.

Viver poeticamente o conhecimento inclui: desejar conhecer e fazê-lo com algum prazer, cultivando inquietude. Firma-se o risco de sustos e deslumbramentos. Mesmo dentro de uma escola com moldes ainda excessivamente racional-positivistas, há fendas possíveis na esfera da ação individual do professor. Destaca-se a criação de práticas pedagógicas que valorizem o núcleo poético do aluno, ampliando suas chances de encontrar e criar beleza no mundo.

Desinventar as disciplinas, deixando-as em aptidão de aurora. “Desaprender oito horas por dia ensina os princípios”, diz o poeta Manoel de Barros (1994, p.11). Importa rastrear constante movimento.

Para o alfabetizador, idéia para descascar palavra, somando sumo e poesia:

Escrever a palavra folha me solidarizava com a mangueira. Com letras e sílabas eu estava produzindo a minha folha e a deixava voar, vagar, errar pela página [...] Rabiscando a esmo letras,

*Doutora em Letras e doutoranda em Educação pela PUC-Rio. Professora da PUC-Rio e do IBMEC. Autora do livro “Inquietudes” (Sete Letras). Lucelena@terra.com.br

sílabas, com surpresa eu percebi que na palavra folha, cortando-se o “f”, ela se convertia em olha. Percebi que as palavras escondem palavras, como os frutos escondem sabores e sementes. Descascá-las é como saborear novas camadas de significados. Pensei: as folhas são olhos das árvores. Achei divertido, como toda descoberta. E não sabia que, naquele momento, eu estava me iniciando nesse descascar a palavra em busca do prazer de novas significações, que é o mistério da criação poética. [...] Cada palavra é a alma comprimida do universo. (LOUREIRO, 1995, p.10)

Drummond defendia que a aula de geografia deveria ser dada em viagem permanente. Digo passeio de tempo, espaço, imaginação.

*O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê.
É preciso transver o mundo.
Isto seja:
Deus deu a forma. Os artistas desformam.
É preciso desformar o mundo:
Tirar da natureza as naturalidades.* (BARROS, 1996, p.75)

Com afincos de criador, pode o professor de geografia revelar sutilezas do relevo: “um rio que flui entre 2 jacintos carrega mais ternura que um rio que flui entre 2 lagartos” (BARROS, 1994, p.11). Cuidado no contar: a comunicação de conteúdos, esvaziada da *força transformadora das palavras*, tende a petrificá-los, endurecê-los, numa *verbosidade alienada e alienante* (FREIRE, 1987, p.57). O poeta Manoel de Barros alerta: “a expressão reta não sonha. Não use o traço acostumado” (1996, p.75). Antes compor voz de mato para falar de floresta.

*Para entrar em estado de árvore é preciso
partir de um torpor animal de lagarto às
3 horas da tarde, no mês de agosto.
Em 2 anos a inércia e o mato vão crescer
em nossa boca.
Sofreremos alguma decomposição lírica até
o mato sair na voz.
Hoje eu desenho o cheiro das árvores.* (BARROS, 1994, p.19)

Ao professor de história: histórias. Afilar versões sobre um mesmo tema, com empenho em demolir certezas, problematizar, deixar em suspenso. Poesia tem verso e reverso.

ERRO DE PORTUGUÊS

*Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português.* (ANDRADE, 1991, p.95)

Tudo sem esquecer a lição de Paulo Freire, que convoca à participação e interferência na realidade atual: história como possibilidade. Depende da práxis do homem presente. De cada homem presente.

Eduardo Galeano escreveu *Memória do Fogo*, trilogia em que reinventa poeticamente a história da América Latina, em harmonia com a crença do poeta José Urtecho: “os que fazem da objetividade uma religião, mentem. Eles não querem ser objetivos, mentira: querem ser objetos, para salvar-se da dor humana” (1995, p.118). Neste livro, Galeano desafia os limites entre história e ficção. Deixa demorar uma vontade: “Tomara que *Memória do Fogo* possa contribuir para devolver à história o alento, a liberdade e a palavra” (1986). Assim pode o educador.

Em via de surpresas, não custa lembrar ao professor de biologia: “*poesia é voar fora da asa*” (BARROS, 1994, p.23).

E acabo esticando um silêncio, que é onde a voz do outro se conforta.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Oswald de. **O santeiro do mangue e outros poemas**. São Paulo: Globo, 1991.

BARROS, Manoel de. **Livro sobre nada**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

_____. **O livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. A educação do ser poético. **Arte e Educação**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 15, 1974.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 1995.

_____. **Nascimentos - Memória do fogo I**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Memórias de um leitor amoroso**. Rio de Janeiro: Proler, 1995.

Entrevista

Equipe de Matemática do INES

Neste número conheceremos o trabalho desenvolvido pela equipe de professores de matemática da Instituição que, a partir de suas Oficinas de trabalho e do I Encontro de Educação Matemática do INES, ocorrido em 2004, vem discutindo a prática pedagógica voltada para o aluno surdo — na classe especial ou na classe de ensino regular, contribuindo, por meio de seus diferentes saberes, para uma prática mais racional e facilitadora.



Equipe de professores
de Matemática do INES

Gostaríamos de conhecer os profissionais que atuam na Equipe de Matemática.

Equipe: Nossa equipe conta, atualmente, com 6 professores:
Vera Lúcia Pitta de Souza, desde 1982;
Maria Dolores Martins da Cunha Coutinho, desde 1984;
Maria Isabel Damasceno Raposo Thompson, desde 1985;
Cinira de Queiroz Fernandes, desde 1994;
Paulo Roberto do Nascimento, desde 1994;
Luciano Mello Santana, desde 2005.

Contem-nos como surgiu a idéia das Oficinas de Matemática que tanto contribuem para o aprendizado dos alunos da instituição.

Equipe: O trabalho em oficinas de matemática começou com a experiência da prof^a Vera Lúcia com alunos ouvintes da rede municipal de ensino. Ela participou de cursos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ, como professor multiplicador, e na Universidade Federal do Rio de Janeiro /UFRJ — Projeto Fundão. Acreditando na possibilidade de um trabalho com a utilização de material concreto para facilitar a aquisição de novos conceitos matemáticos pelos alunos surdos, aplicou seu projeto numa turma de jovens e adultos surdos que apresentava baixo interesse e rendimento, resultado dos seguintes fatores: conceitos não adquiridos anteriormente; dificuldade com a Língua Portuguesa; deslocamento casa/trabalho/ Instituto e o conseqüente cansaço pela longa jornada de trabalho, entre outros. Diante dessa complexa diversidade de problemas, a professora procurou utilizar estratégias e recursos diferenciados que os levassem à motivação para o aprendizado da matéria. Sua empolgação com o trabalho iniciado contagiou toda a equipe da área, a partir de 1995. Montou, então, a primeira oficina para os professores do INES. A partir daí, já foram realizadas inúmeras oficinas com os professores do INES, com os alunos do Curso de Estudos Adicionais do INES — CEAD. Além disso, temos participado de Assessorias Técnicas e Seminários em âmbito nacional.



Oficina de Matemática

Como é o ensinar matemática para pessoas surdas ?

Equipe: Os objetivos propostos para o ensino da matemática para alunos surdos não diferem dos objetivos traçados para o ensino de alunos ouvintes. A diferença consiste nos recursos utilizados, em sua aplicabilidade e na atenção do professor para alguns aspectos relevantes, como:

- a) o emprego da Língua de Sinais, por ser a língua de fácil acesso para o surdo — sua primeira língua — e que deve, por isso, ser a língua de instrução;
- b) o ensino, que deve ser pautado, na medida do possível, em estratégias visuais, visto que, para os surdos, a visão é a principal via de acesso ao conhecimento.

Portanto, o intercâmbio entre professor e pesquisador deve ser constante, na busca de metodologias adequadas ao ensino das pessoas surdas e na operacionalização da transformação da pesquisa em estratégias que atinjam o objetivo do ensino.

São muitas as dificuldades encontradas pelos alunos surdos na aquisição desses conceitos ?

Equipe: Sim. Uma vez que toda a compreensão dos conceitos passa pela comunicação e, conseqüentemente, pela linguagem, a aquisição do conteúdo se processa de forma “mais lenta”, em comparação à da pessoa ouvinte.

Para o aluno surdo, a Língua Portuguesa é a segunda língua, enquanto para o professor ouvinte é a Língua Brasileira de Sinais / LIBRAS sua segunda língua. Ocorrem, portanto, dificuldades na comunicação e, por conseguinte, na aquisição dos conceitos matemáticos.

Sabemos que os conceitos matemáticos são melhor adquiridos por meio da utilização de materiais concretos. Falem-nos um pouco sobre o trabalho desenvolvido.

Equipe: A utilização de material concreto é fundamental na formação de conceitos, não só para os alunos surdos como também para os ouvintes. Porém, essa utilização deve ser vista como uma ponte para atingir o pensamento abstrato, não tendo um fim em si mesmo.

Ao longo desses anos, a equipe aplicou várias estratégias, tais como: TANGRAM, sólidos, resolução de problemas, malha quadriculada, geoplano, etc., e continua ainda avaliando e pesquisando novos materiais para novas estratégias.

Expliquem como o professor poderá ensinar, de forma lúdica, os conceitos matemáticos para o surdo ?

Equipe: Quando fazemos uso de materiais concretos aliado ao uso de jogos, estamos investindo no lúdico. É importante ressaltar que estamos sempre buscando novas estratégias para “velhos” conteúdos e que essa busca é contínua e, a cada nova descoberta, surgem novas dúvidas que nos levam a novas reflexões, e assim sucessivamente.

Qual a mensagem que vocês passariam para um professor de matemática que esteja iniciando seu trabalho com pessoas surdas?

Equipe: É fundamental mostrar a esse profissional que vai trabalhar com a pessoa surda que ele precisará saber “quem” é essa pessoa surda e o que é a surdez, suas necessidades e suas dificuldades. Conhecer as diferenças e percebê-las, bem como o que a surdez traz de implicação na formação do pensamento ou qual o prejuízo lingüístico proveniente de uma surdez profunda ou severa. Percebendo essas diferenças, reconhecendo na pessoa surda o direito de compreender o que o professor está ensinando e respeitando sua língua e seu tempo, esse profissional estará apto para ensinar e aprender.

Aconteceu

Ensino Superior no Instituto Nacional de Educação de Surdos

Em 15 de agosto de 2005, foi criado pelo Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, o primeiro curso de graduação bilíngüe (Português/Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS), para surdos e ouvintes.

O Curso Normal Superior — licenciatura, habilitações em Magistério para Educação Infantil e em Magistério para anos iniciais do Ensino Fundamental — será oferecido na modalidade presencial, na sede do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), órgão vinculado ao MEC, conforme autorização concedida pela Portaria MEC nº 3.820, de 17 de agosto de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2005.

Com 60 vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, e duração de quatro anos, o curso será aberto para surdos e ouvintes. Os candidatos devem ter domínio da Língua Brasileira de Sinais, além de preencher os requisitos usuais de um processo seletivo para o Ensino Superior. O INES lançará em breve o edital para a seleção dos alunos. As aulas devem começar no primeiro semestre de 2006.



Para publicação na revista Arqueiro:

- interessado(s) deve(m) enviar artigo(s) para a Comissão Editorial;
- Artigos deverão ter título e identificação de autor ou autores. Devem ser acompanhados de disquete, obedecendo às seguintes normas:
 - Formatação: papel tamanho A4; margens superior e inferior com 4,5 cm; margens direita e esquerda com 3,0 cm.
 - Cada matéria deverá ter, no máximo, 6 (seis) páginas e cada página 30 linhas;
 - Corpo do texto: fonte Times New Roman, tamanho de 11 pontos, justificado;
- Trabalhos enviados serão submetidos à apreciação e, quando aprovados, serão revisados pela Comissão Editorial.



Realização

INES
Instituto Nacional de
Educação de Surdos

Secretaria
de Educação
Especial

Ministério
da Educação

